

MERCADO DE TRABALHO: CRISE, RECUPERAÇÃO E DESAFIOS

GRUPO DE ECONOMIA / FUNDAP
(FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO)

INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem por objetivo analisar o desempenho do mercado de trabalho no período recente – vale dizer, no período que engloba a crise de 2008 (captada nos indicadores sobre mercado de trabalho, em 2009) e sua superação. Para tanto, será necessário ter em mente, como pano de fundo, o cenário vigente no mercado de trabalho desde 2004, quando se iniciou uma fase de forte expansão do emprego e proliferaram evidências de que o mercado de trabalho estaria caminhando rumo a uma melhor estruturação.

O texto está organizado da seguinte forma. Em um primeiro momento, examinam-se as condições gerais de ocupação, desocupação e rendimento. Aqui ficará clara uma das bases¹ na qual se apoiou a expansão do mercado interno da economia brasileira desde 2005: uma importante expansão da massa salarial, advinda tanto do aumento do rendimento médio quanto da expansão da ocupação. Em seguida, empreende-se uma análise dos diversos aspectos que configuram o que se pode chamar de qualidade do mercado de trabalho brasileiro: posição na ocupação; distribuição setorial da população ocupada; faixas de remuneração salarial e de grau de instrução das vagas criadas; e tamanho dos estabelecimentos geradores das vagas. Com base nesse conjunto de dados, será possível perceber que houve avanços na formalização dos ocupados no mercado de trabalho, mas sugere-se que este ainda permanece com fragilidades estruturais. A terceira seção traz uma reflexão sobre desafios a serem enfrentados pelos gestores de política econômica para avanços adicionais na estruturação do mercado de trabalho brasileiro em dois aspectos: a rotatividade do trabalho e a relação câmbio-salário. Por fim, a última seção reúne as conclusões desta Nota Técnica.

OCUPAÇÃO, DESEMPREGO E RENDIMENTO

A Tabela 1 mostra que a população em idade ativa (PIA) e a população economicamente ativa (PEA) observaram taxas de crescimento relativamente próximas, sendo a da primeira ligeiramente superior à da segunda nas principais regiões metropolitanas do país.

¹ A outra base da ampliação do mercado interno foi a sensível expansão do crédito verificada no período em análise.

TABELA 1. BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS¹: ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADOS E DESEMPREGADOS – 1998–2009
MÉDIA 2004 = 100

Anos	População em Idade Ativa	População Economicamente Ativa	Ocupados	Desempregados				
				Total	Aberto	Oculto		
						Total	Trabalho Precário	Desalento
1998	89,0	86,4	87,4	82,2	82,9	80,9	80,5	82,2
1999	91,1	89,2	88,5	91,9	90,8	93,8	94,6	92,1
2000	93,2	91,7	92,7	87,6	86,3	89,6	88,7	91,4
2001	94,8	93,8	94,8	89,7	90,1	89,1	89,5	88,0
2002	96,5	96,1	96,2	95,4	95,4	95,3	93,6	99,1
2003	98,2	98,2	96,8	104,1	105,7	101,4	98,6	107,0
2004	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2005	101,8	101,0	103,2	92,2	92,8	90,9	92,8	86,9
2006	103,7	102,3	106,0	87,5	92,1	79,7	79,3	80,6
2007	105,4	104,2	109,5	82,5	89,6	70,8	71,7	69,3
2008	107,3	107,4	114,8	77,2	83,3	67,0	67,0	67,0
2009	109,2	108,3	115,6	78,5	87,8	63,0	62,9	63,0

Fonte: PED, Seade/Dieese. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

Nota: Foram atualizadas as projeções populacionais da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMSP e RMBH.

(1) Correspondem ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

O fato de que, a partir de 2004, a PIA tenha crescido um pouco acima da PEA é um indicador de que não há pressão de oferta no mercado de trabalho; com efeito, significa que a população com 10 anos ou mais tem-se elevado com maior intensidade do que a parcela que efetivamente procura inserir-se no mercado de trabalho. A população ocupada passa a crescer expressivamente a partir de 2004 (15,6% no período até 2009), o que leva ao início de uma acentuada trajetória de queda do desemprego. O dado que mais chama atenção nessa tabela é a queda do desemprego oculto – tanto por trabalho precário quanto por desalento. Com efeito, se o desemprego aberto recuou cerca de 12% de 2004 a 2009, o oculto caiu 37%. Isso significa, do ponto de vista do desemprego oculto por trabalho precário, que saiu dessa condição um contingente de pessoas que não estavam consideradas no desemprego aberto por estarem precariamente ocupadas (embora tendo procurado emprego no período de referência). No caso do desemprego oculto por desalento, trata-se de pessoas que não figuravam nos números do desemprego aberto por não terem procurado emprego no período de referência (embora desocupadas e desejosas de terem acesso a um posto de trabalho). A queda do desemprego oculto é um excelente indicador da melhora da qualidade do mercado de trabalho brasileiro. Interessante notar que mesmo em 2009, quando o impacto da crise se faz sentir no mercado de trabalho, continua a cair o desemprego oculto, ainda que haja aumento do desemprego aberto.

A Tabela 2 atualiza os dados da população desempregada para o período recente². Nota-se, desde janeiro de 2010, queda do desemprego, tanto o aberto quanto o oculto, com destaque para o desemprego oculto pelo trabalho precário. Em fevereiro de 2011, o número de pessoas desempregadas pelo trabalho precário foi 33% inferior ao de fevereiro de 2010 (número 3% menor do que no mesmo mês de 2009). O desemprego aberto, por sua vez, apresentou em fevereiro de 2011 queda de 11 pontos percentuais (p.p.) em relação a fevereiro de 2010 – em que já se verificava um valor 5% abaixo do observado no mesmo mês de 2009.

² Há uma quebra na série da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/Seade), pela inclusão, na amostra, da Região Metropolitana de Fortaleza.

TABELA 2. BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS¹: ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADOS E DESEMPREGADOS – IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR = 100

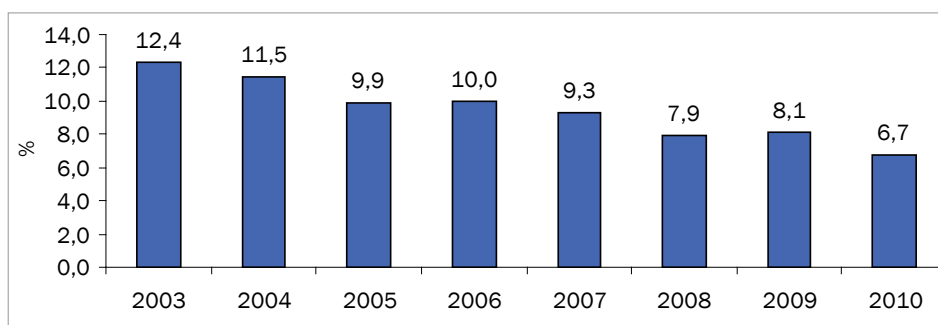
Meses (2010)	Desempregados				
	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Trabalho Precário	Desalento
Janeiro	96	94	100	103	94
Fevereiro	95	95	95	97	91
Março	92	94	88	88	86
Abril	90	91	87	89	83
Mai	88	89	87	88	83
Junho	88	89	85	86	84
Julho	85	88	77	76	80
Agosto	84	87	75	76	74
Setembro	82	85	74	76	70
Outubro	82	84	76	79	71
Novembro	83	86	76	75	77
Dezembro	83	86	76	76	76

Fonte: Convênio Dieese/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Correspondem ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

O Gráfico 1 traz dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE que confirmam os dados do Dieese: a taxa de desocupação (desemprego aberto) atingiu em 2010 o nível mínimo da série histórica (6,7%), iniciada em 2003³. Ressalte-se que a menor taxa de desocupação ocorreu no mês de dezembro de 2010 (5,3%) – que já era 22% menor que a taxa de dezembro de 2009.

GRÁFICO 1. BRASIL: TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) – MÉDIA ANUAL – PME/IBGE – TOTAL DAS ÁREAS

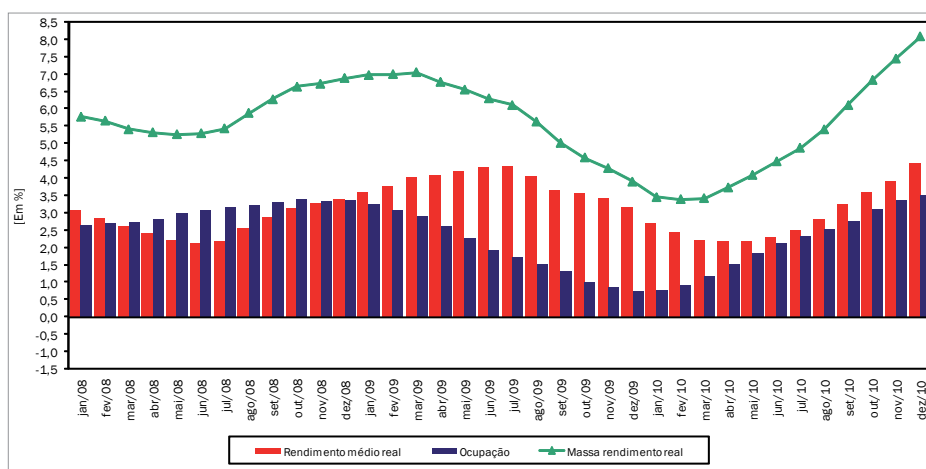


Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

Ainda a partir dos dados do IBGE, é possível lançar um olhar para a evolução da massa de rendimento real e seus condicionantes imediatos no período em que o mercado de trabalho foi atingido pela crise global – basicamente, o ano de 2009 – e no da sua recuperação, ao longo de 2010 (Gráfico 2).

³ Há um quebra na série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), em março de 2002, em decorrência de mudanças na metodologia adotada.

GRÁFICO 2. BRASIL, SEIS REGIÕES METROPOLITANAS: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL, OCUPAÇÃO E MASSA DE RENDIMENTO REAL – VARIÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

Percebe-se que, ao longo de todo o período, o rendimento médio real cresceu a taxas superiores às da ocupação. Um ponto interessante é que o impacto da crise ocorre antes via quantidade do que via preços, o que caracteriza um mercado de trabalho marcado por forte flexibilidade quantitativa. Como se verá adiante, a facilidade, por parte dos empregadores, de usar e deixar de usar a mão de obra é, apesar do que dizem os baluartes da “flexibilização”, muito marcante em nosso mercado de trabalho.

O Gráfico 3 permite observar o que ocorreu na indústria, no mesmo período: em 2009, a população ocupada caiu em relação aos mesmos meses do ano anterior, enquanto cresceu o rendimento médio real (os demitidos provavelmente tinham salários menores que a média). Como a contratação, a partir do início de 2010, foi feita com salários médios menores, o rendimento médio real diminuiu a despeito da recomposição salarial nas datas-base. Isso já indica como foi o ajuste pós-crise: redução do contingente com baixa remuneração e, na recuperação, reabsorção de pessoal com o mesmo perfil. Esse padrão é consistente com uma modificação defensiva havida no nível de utilização da capacidade instalada e uma recuperação ainda baseada nessa variável. Somente em dezembro de 2010, percebeu-se uma alta mais expressiva do rendimento médio real com tênue elevação da ocupação.

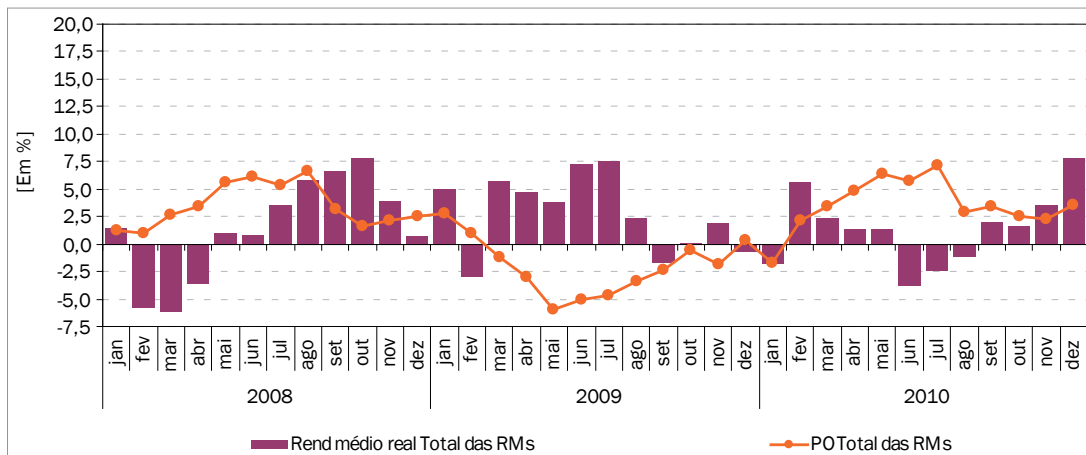
Na próxima seção, examina-se um conjunto de dados que dão uma ideia mais precisa do tipo de emprego criado no ciclo de expansão recente da economia brasileira. O simples exame dos dados de ocupação e rendimento médio já permite tecer uma hipótese sobre qual foi o grupo mais afetado com a crise e, posteriormente, com a recuperação: a população com rendimento médio abaixo da média.

A QUALIDADE DAS VAGAS CRIADAS

O primeiro e fundamental indicador da qualidade do mercado de trabalho brasileiro é a posição na ocupação. A série da PME/IBGE iniciada em 2003 mostra que houve um claro movimento de formalização no mercado de trabalho brasileiro. A participação dos empregados com carteira assinada cresceu 7 pontos percentuais (Gráfico 4) entre 2003 e 2010, alcançando 51% das pessoas ocupadas em 2010, enquanto caiu a dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria (essa última categoria, menos acentuadamente). O movimento se iniciou em 2005 e se manteve mesmo no ano da crise, em 2009⁴.

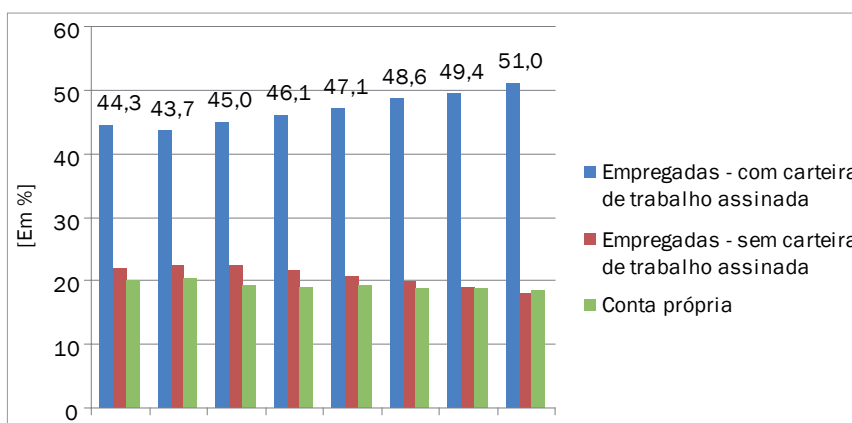
4 O movimento de crescente formalização veio na esteira do crescimento econômico, como resultado de uma conjunção de fatores. Um aspecto a ser levado em conta foi a implantação, em 1996, da Lei n. 9.317/1996 (Simples) e a sua atualização com a Lei Complementar n. 123/2006 (Simples Nacional), que introduziu os regimes tributário, previdenciário e trabalhista simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte e definiu os incentivos à formalização do pequeno empreendimento.

GRÁFICO 3. BRASIL, SEIS REGIÕES METROPOLITANAS: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL E DA POPULAÇÃO OCUPADA NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS, DE TRANSFORMAÇÃO, DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA – VARIÇÃO MÊS CONTRA MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia /Fundap.

GRÁFICO 4. BRASIL: PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – PARTICIPAÇÃO (%) – MÉDIA ANUAL



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia /Fundap.

A Tabela 3 – com dados da Pnad/IBGE, não incluindo, portanto, dados de 2010 – mostra um mecanismo importante de absorção da crise no mercado de trabalho brasileiro: o aumento da participação dos empregados domésticos: em 2008, representavam 12,2% do total dos empregados; em 2009 passaram a representar 13,3%. Embora aumente a participação dos empregados com carteira, esse não deixa de ser um traço da elevada precariedade da nossa estrutura ocupacional. Na crise, reduz-se também a participação dos empregadores e dos trabalhadores na construção ou produção para uso próprio.

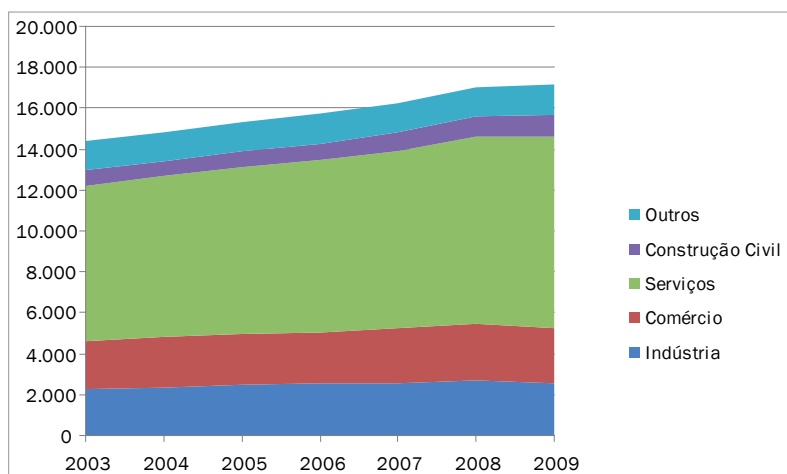
Outro recorte importante na análise qualitativa do mercado de trabalho brasileiro é a distribuição setorial da população ocupada. Observa-se uma tendência de longo prazo de queda da participação relativa da população ocupada na Indústria e um concomitante aumento no setor de Serviços. O Gráfico 5, com dados do Dieese, evidencia esse movimento, confirmado no período recente (Gráfico 6). No Gráfico 6, é possível perceber que, no pós-crise, cai a participação dos empregados domésticos, principais integrantes da categoria “Outros”. Dois setores têm a sua participação relativa aumentada no pós-crise: a Indústria – que, como se verá adiante, exibe desempenho impressionante no ano de 2010 – e a Construção Civil.

TABELA 3. BRASIL: PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL – 2008 E 2009 – DADOS PNAD

Posição na Ocupação	2008	2009	Varição (%)
Empregados	54.187	54.313	0,2
Empregados – com carteira de trabalho assinada	31.881	32.364	1,5
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	6.421	6.638	3,4
Empregados – outros	15.884	15.311	-3,6
Trabalhadores domésticos	6.626	7.223	9,0
Trabalhadores domésticos – com carteira de trabalho assinada	1.774	1.995	12,5
Trabalhadores domésticos – sem carteira de trabalho assinada	4.852	5.228	7,7
Conta própria	18.689	18.978	1,5
Empregadores	4.144	3.992	-3,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	107	103	-3,7
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4.054	3.781	-6,7
Não remunerados	4.587	4.299	-6,3
Total	92.395	92.689	0,3

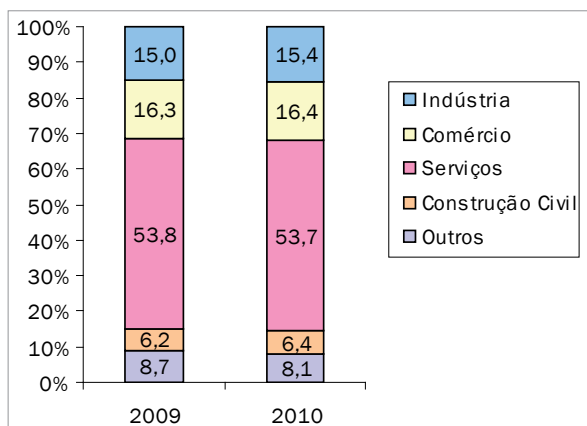
Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

GRÁFICO 5. BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS: NÚMERO DE OCUPADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE (MIL PESSOAS)



Fonte: PED , Seade-Dieese. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

GRÁFICO 6. BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE (%) – MÉDIA ANUAL – DADOS DA PED



Fonte: PED – Seade/Dieese. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

As Tabelas 4, 5 e 6 trazem dados do emprego formal para o período 2003-2010. O estoque de emprego formal cresceu impressionantes 49,2% no período 2003-2010 (ou 5,9% anuais), sendo que avançaram acima da média os setores de Construção Civil, Indústria Extrativa Mineral, Comércio e Serviços – nessa ordem (ver Tabela 4).

TABELA 4. BRASIL: ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL, 2003-2010 – DADOS DA RAIS – SETORES IBGE

Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (8 categorias)	2003	2010	Variação (%) 2003-10	Variação (%) anual média
Extrativa mineral	122.806	211.216	72,0	8,1
Indústria de transformação	5.356.159	7.885.702	47,2	5,7
Serviços industriais de utilidade pública	319.068	402.284	26,1	3,4
Construção civil	1.048.251	2.508.922	139,3	13,3
Comércio	5.119.479	8.382.239	63,7	7,3
Serviços	9.378.566	14.345.015	53,0	6,3
Administração pública	6.991.973	8.923.380	27,6	3,5
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1.207.672	1.409.597	16,7	2,2
Total	29.544.927	44.068.355	49,2	5,9

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Grupo de Economia /Fundap.

No ano de 2010, o que chama atenção é a expressiva criação de vagas formais no total do Brasil (5,2% com relação ao estoque do ano anterior). A Indústria de Transformação, a despeito de não ter apresentado a maior variação relativa⁵ (6,6%, enquanto a criação de vagas aumentou 11,9% na Construção Civil; 7,8% na Extrativa Mineral; e 6,8% no Comércio), gerou saldo positivo bastante significativo (485.028 vagas) – especialmente quando se considera o desempenho do setor na criação de vagas no ano de 2009 (10.865 vagas) e de 2008 (178.675 vagas, ver Tabela 5).

TABELA 5. BRASIL: CRIAÇÃO DE VAGAS – SETORES IBGE – 2008-2009-2010

Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (8 categorias)	2008	Variação Relativa (%)	2009	Variação Relativa (%)	2010	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	8.671	4,7	2.036	1,0	16.343	7,8
Indústria de transformação	178.675	2,5	10.865	0,1	485.028	6,6
Serviços industriais de utilidade pública	7.965	2,2	4.984	1,3	17.854	4,6
Construção civil	197.868	12,2	177.185	9,3	254.178	11,9
Comércio	382.218	5,6	297.157	4,1	519.613	6,8
Serviços	648.259	5,4	500.177	4,0	864.250	6,5
Administração pública	10.316	0,1	18.075	0,2	5.627	0,1
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	18.232	1,3	-15.369	-1,1	-25.946	-1,8
TOTAL	1.452.204	3,9	995.110	2,5	2.136.947	5,2

Fonte: Caged e Rais/MTE. Elaboração: Grupo de Economia /Fundap

5 As “variações relativas” referem-se ao número de vagas criadas no ano sobre o estoque de vagas em 31 de dezembro do ano anterior. Aqui, cabe uma qualificação: os dados de fluxos são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e os de estoque da Rais (Relação Anual de Informações Sociais). Embora o primeiro alimente o segundo, há diferenças entre as duas bases – a mais significativa é que a Rais inclui os empregados estatutários, enquanto o Caged não. Dessa forma, a “variação relativa” não é rigorosamente exata, mas é certamente uma boa aproximação.

A Tabela 6 traz uma abertura setorial maior, o que nos permite enxergar com mais detalhe a criação de vagas nos últimos anos. Os setores em destaque apresentaram variação relativa acima da média do ano. Os que apresentaram crescimento nos três anos em análise foram Construção Civil, Comércio e Vários Serviços. Na Indústria, houve retração ou crescimento medíocre no ano de 2009, mas se destacaram quatro subsetores com crescimento em 2008 e 2010: Extrativa Mineral, Produtos Minerais Não Metálicos, Indústria Metalúrgica e Indústria Mecânica. A alta dos preços das *commodities* – abordada na última seção desta Nota Técnica – é um dos fatores importantes para explicar a evolução privilegiada desses setores.

TABELA 6. BRASIL: CRIAÇÃO DE VAGAS FORMAIS, 2008-2010 – SUBSETORES IBGE

Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (26 categorias)	2008	Variação Relativa (%)	2009	Variação Relativa (%)	2010	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	8.671	4,7	2.036	1,0	16.343	7,8
Indústria de produtos minerais não metálicos	13.170	3,9	4.484	1,2	29.192	7,9
Indústria metalúrgica	31.879	4,5	-27.162	-3,6	74.069	10,3
Indústria mecânica	23.515	4,9	-13.885	-2,7	49.500	9,9
Indústria do material elétrico e de comunicações	9.011	3,4	-11.331	-4,2	25.717	9,8
Indústria do material de transporte	14.680	3,0	-17.538	-3,3	53.620	10,4
Indústria da madeira e do mobiliário	-12.857	-2,8	-4.745	-1,1	27.250	6,3
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	11.882	3,2	-513	-0,1	16.134	4,2
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	-2.899	-0,9	9	0,0	18.498	6,2
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	19.459	2,8	15.112	2,1	47.869	6,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	22.009	2,4	11.844	1,2	55.224	5,7
Indústria de calçados	-8.703	-2,7	13.387	4,4	28.002	8,8
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	57.529	3,3	41.203	2,3	59.953	3,2
Serviços industriais de utilidade pública	7.965	2,2	4.984	1,3	17.854	4,6
Construção civil	197.868	12,2	177.185	9,3	254.178	11,9
Comércio varejista	311.039	5,4	249.439	4,1	429.703	6,7
Comércio atacadista	71.179	6,3	47.718	3,9	89.910	7,1
Instituições de crédito, seguros e capitalização	22.081	3,1	3.483	0,5	34.193	4,6
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico	237.829	6,4	166.957	4,3	348.243	8,5
Transportes e comunicações	89.464	4,7	50.943	2,5	122.240	5,8
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	184.011	5,9	162.053	4,9	235.028	6,8
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	77.619	6,3	78.858	6,1	80.200	5,7
Ensino	37.255	3,0	37.883	2,8	44.346	3,2
Administração pública direta e autárquica	10.316	0,1	18.075	0,2	5.627	0,1
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	18.232	1,3	-15.369	-1,1	-25.946	-1,8
Total	1.452.204	3,9	995.110	2,5	2.136.947	5,2

Fonte: Caged e Rais/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

Os recortes por posição na ocupação e por setor de atividade se complementam na análise qualitativa dos empregos criados no período em análise. Para avançar nesse exame, incluem-se a seguir três variáveis: grau de instrução dos empregados por setores, faixa de rendimento salarial e tamanho do estabelecimento gerador das vagas.

À perspectiva setorial agrega-se, na Tabela 7, a discriminação das vagas criadas por faixas de grau de instrução para o período 2003-2010. Chama atenção o fato de que, para o total dos setores, houve perda líquida de vagas para as faixas de instrução até o 5º ano completo do Ensino Fundamental. Somente na Construção Civil houve aumento do estoque de empregados em todas as três faixas inferiores de grau de instrução.

TABELA 7. BRASIL: EMPREGO FORMAL, POR GRAU DE INSTRUÇÃO – DADOS DA RAIS – SETORES IBGE
TAXA DE VARIAÇÃO (%). 2003-2010

Setor de Atividade Econômica segundo IBGE (9 categorias)	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	Total
Analfabeto	-28,8	-16,6	-39,1	46,8	-7,0	-29,3	-39,1	-31,1	-22,9
Até o 5º Ano Incompleto do Ensino Fundamental	-23,7	4,2	-18,2	55,9	-6,8	-16,4	-30,3	-22,4	-9,6
5º Ano Completo do Ensino Fundamental	-29,8	-24,7	-18,1	37,4	-24,0	-28,5	-25,3	-15,9	-20,2
Do 6º ao 9º Ano Incompleto do Ensino Fundamental	2,7	-6,4	14,8	101,8	-13,6	-6,5	-11,1	28,3	0,6
Ensino Fundamental Completo	25,5	11,7	28,0	146,3	6,3	13,7	19,1	62,7	19,7
Ensino Médio Incompleto	62,0	38,4	31,5	211,9	29,8	35,2	2,3	100,9	36,6
Ensino Médio Completo	189,3	143,5	55,0	360,5	143,7	118,6	39,4	194,9	111,8
Educação Superior Incompleta	135,3	74,8	32,7	163,1	94,4	69,6	20,0	72,9	61,9
Educação Superior Completa	203,7	82,1	35,3	169,5	103,6	77,5	52,0	45,8	67,1
TOTAL	72,0	47,2	26,1	139,3	63,7	53,0	27,6	16,7	49,2

Fonte: Rais/MTE. Elaboração: Grupo de Economia /Fundap.

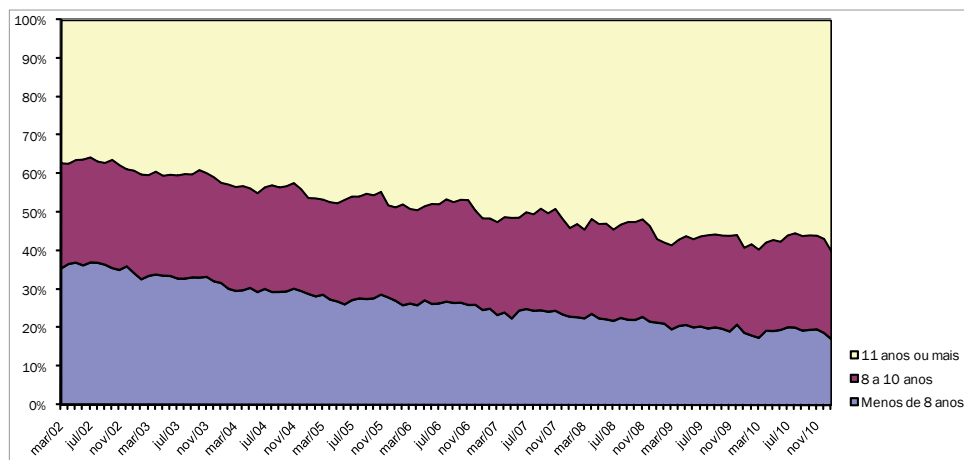
É de se perguntar como o mercado de trabalho absorveu as pessoas que não possuem nível mínimo de escolaridade. Uma hipótese bastante plausível é que o próprio setor da Construção Civil ocupe de maneira informal grande contingente de pessoas saídas do setor formal (estudo recente do Dieese mostra que 40% dos empregados na Construção Civil encontram-se na informalidade⁶); outra, é que os setores de Emprego Doméstico e Outros Serviços também sejam importantes receptores dessas pessoas. Cabe ressaltar também que os três últimos níveis de instrução apresentaram elevada taxa de crescimento do emprego entre 2003 e 2010 (de 111,8% para o Ensino Médio Completo; de 61,9% para a Educação Superior Incompleta; e de 67,1% para a Educação Superior Completa). O dinamismo do mercado de trabalho, no período analisado, traduziu-se em sensível aumento da escolaridade dos empregados formais.

O Gráfico 7 confirma a hipótese de que o setor informal absorveu parte daqueles não empregados no setor formal: embora seja menor a absorção de pessoas com baixa escolaridade pelo mercado formal, em comparação à distribuição dos desocupados por ano de escolaridade incluindo também o setor informal⁷, impressiona a queda do percentual dos desocupados com menos de 8 anos de estudo – e o concomitante aumento dos desocupados da faixa com 11 ou mais anos de estudo. Com efeito, de 2002 a 2010, a participação das pessoas com até 8 anos de estudos no total dos desocupados caiu 20 pontos percentuais, enquanto cresceu na mesma proporção a das com mais de 11 anos de estudos.

6 Cf.: Dieese (2011).

7 Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE)..

GRÁFICO 7. BRASIL: DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS DESOCUPADAS POR ANOS DE ESTUDO



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

A próxima questão a ser abordada é em que medida o aumento observado da qualificação dos empregados formalmente no país foi acompanhado por aumento dos rendimentos. A Tabela 8 sugere que não houve essa correspondência, em termos de faixa salarial em salários mínimos (SM): de 2003 a 2010, houve criação líquida de vagas apenas nas faixas salariais de até 2 SM. Nas demais, o que ocorreu foi uma perda líquida de vagas.

TABELA 8. BRASIL: CRIAÇÃO DE VAGAS, POR FAIXA SALARIAL MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS, 2003-2010

Faixa Salarial Mensal (SM)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Até 0,5	12.983	15.313	18.611	23.527	24.894	26.676	29.205	41.324
0,51 a 1,0	319.132	355.082	430.497	480.794	493.055	515.807	461.593	687.368
1,01 a 1,5	593.979	902.175	777.261	834.349	1.018.323	1.040.019	1.060.577	1.410.067
1,51 a 2,0	178.510	419.734	277.342	211.086	286.321	174.882	8.771	301.536
Subtotal 1: até 2 SM	1.104.604	1.692.304	1.503.711	1.549.756	1.822.593	1.757.384	1.560.146	2.440.295
2,01 a 3,0	-72.813	90.938	-14.776	-81.799	-39.397	-118.471	-245.945	-127.796
3,01 a 4,0	-106.534	-44.352	-51.227	-73.994	-46.289	-71.902	-111.101	-74.254
4,01 a 5,0	-67.765	-50.740	-48.833	-49.013	-47.147	-40.858	-63.548	-38.566
5,01 a 7,0	-89.520	-69.848	-60.926	-54.702	-37.869	-47.808	-63.105	-37.630
7,01 a 10,0	-55.746	-46.017	-32.685	-24.899	-16.570	-12.256	-38.871	-12.534
Subtotal 2: de 2 a 10 SM	-392.378	-120.019	-208.447	-284.407	-187.272	-291.295	-522.570	-290.780
10,01 a 15,0	-33.643	-27.825	-23.805	-21.435	-14.021	-12.584	-26.438	-13.354
15,01 a 20,0	-15.393	-11.007	-9.348	-8.316	-5.596	-6.516	-11.133	-5.019
Mais de 20,0	-24.516	-20.834	-16.337	-15.935	-11.497	-11.806	-20.267	-8.858
Subtotal 3: mais de 10 SM	-73.552	-59.666	-49.490	-45.686	-31.114	-30.906	-57.838	-27.231
Ignorado	6.759	10.657	8.207	9.023	13.185	17.021	15.372	14.663
Total	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

Em 2010, notadamente, ano marcado por expressiva recuperação do mercado de trabalho, das 2,1 milhões de vagas criadas, 2,4 milhões foram em faixas salariais mensais inferiores a 2 SM (sendo mais da metade delas entre 1 e 1,5 SM), enquanto se observa perda de vagas nas demais faixas da ordem de 320 mil vagas. Poder-se-ia pensar que esse dado reflete uma peculiaridade do setor de Serviços, que tem grande peso, como vimos, na

composição setorial dos ocupados. No entanto, os dados da Tabela 9 desmentem essa hipótese: o mesmo padrão se observa na Indústria da Transformação. Em 2010, ano em que esse setor se destacou na criação de vagas, das cerca de 485 mil vagas criadas, mais de 564 mil foram em faixas salariais até 2 SM (com grande concentração, também, na faixa entre 1 e 1,5 SM), enquanto nas demais houve perda de mais de 82 mil vagas.

TABELA 9. BRASIL: CRIAÇÃO DE VAGAS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – SETORES IBGE – 2008-2010

Faixa Salarial Mensal (SM)	2008	2009	2010
Até 0,5	4.747	4.567	7.982
0,51 a 1,0	117.457	98.345	159.163
1,01 a 1,5	178.020	191.079	306.955
1,51 a 2,0	24.986	-38.151	90.372
2,01 a 3,0	-74.834	-109.419	-34.016
3,01 a 4,0	-26.873	-44.623	-14.964
4,01 a 5,0	-14.781	-26.629	-10.589
5,01 a 7,0	-15.695	-26.598	-8.776
7,01 a 10,0	-4.022	-16.947	-4.180
10,01 a 15,0	-5.502	-10.872	-4.491
15,01 a 20,0	-2.512	-4.508	-2.002
Mais de 20,0	-4.351	-7.500	-3.499
Ignorado	2.035	2.121	3.073
Total	178.675	10.865	485.028

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

Embora esse dado seja bastante eloquente sobre o padrão de criação de vagas no mercado de trabalho formal brasileiro, cabem duas qualificações importantes. Em primeiro e privilegiado lugar, no período em análise – seja o mais longo, desde 2003, seja o mais curto, desde 2008 – houve uma variação significativa do salário mínimo: de 112,5% no primeiro período, e de 22,9% no segundo (Tabela 10). Assim, embora se tenha verificado um padrão de criação de vagas concentrado nas faixas até 2 SM, houve um importante aumento do rendimento do trabalho.

TABELA 10. BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO A PREÇOS VIGENTES

Vigência	R\$
1/4/2003	240
1/5/2004	260
1/5/2005	300
1/4/2006	350
1/4/2007	380
1/3/2008	415
1/2/2009	465
1/1/2010	510
Variação (%) 03-10	112,5
Variação (%) 08-10	22,9

Fonte: MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

Em segundo lugar, embora tenha ocorrido uma criação líquida de vagas negativa (número de demissões superior ao de admissões) nas faixas salariais superiores a 2 SM no período analisado, isso não significa que o estoque de emprego formal tenha sofrido redução nessas faixas no período 2003-2010 (Tabela 11).

TABELA 11. BRASIL: ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL POR FAIXA SALARIAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) – 2003-2010 – DADOS DA RAIS

Faixa Salarial Mensal (SM)	2003	2010	Variação (%) 2003-10
Até 0,5	91.943	185.112	101,3
0,51 a 1,0	1.288.006	2.114.719	64,2
1,01 a 1,5	6.292.720	13.838.780	119,9
1,51 a 2,0	5.143.622	8.403.823	63,4
2,01 a 3,0	6.136.144	7.534.089	22,8
3,01 a 4,0	2.932.125	3.587.251	22,3
4,01 a 5,0	1.867.000	2.049.658	9,8
5,01 a 7,0	2.172.237	2.230.607	2,7
7,01 a 10,0	1.449.751	1.482.708	2,3
10,01 a 15,0	979.754	1.026.453	4,8
15,01 a 20,0	454.181	435.259	-4,2
Mais de 20,0	663.897	574.083	-13,5
Ignorado	73.547	605.813	723,7
Total	29.544.927	44.068.355	49,2

Fonte: Rais/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

Com efeito, no período 2003-2010, as únicas faixas em que se verificou redução do estoque foram aquelas acima de 15 SM. Naquelas compreendidas entre 2 SM e 15 SM, o que se observa é um crescimento do estoque abaixo da média. De forma consistente com o que ocorre no fluxo anual, as faixas que cresceram acima da média foram as de remuneração até 2 SM – especialmente as de 1 a 1,5 SM (119,9%) e até 0,5 SM (101,3%).

Não se pode deixar de pensar que esse padrão de inclusão dos assalariados de baixa renda no mercado formal é um mecanismo de ampliação do mercado interno⁸ num padrão muito distinto do que se observou em outros momentos da história do país, quando o crescimento do mercado interno se deu com base numa piora sensível da distribuição de renda. Isso é consistente com a pesquisa de Quadros (2010), que aponta:

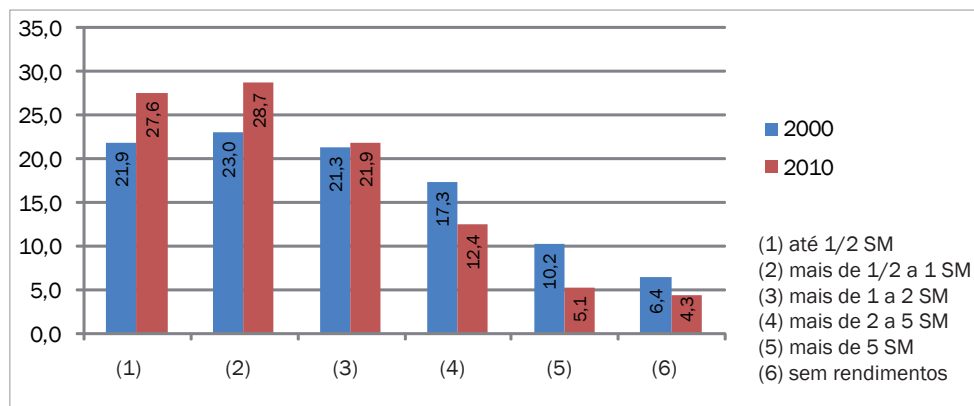
“(…) o fato distintivo do período recente reside na mais expressiva retração da camada de miseráveis, com o correspondente avanço da massa trabalhadora e, sobretudo, da baixa classe média. Ou seja, verifica-se uma significativa melhora na base da pirâmide social” (Quadros, 2010:11-12).

Dados preliminares do Censo 2010 confirmam essa tese, demonstrando que se ampliou a base da pirâmide social em comparação com os dados do censo anterior, de 2000. O Gráfico 8 mostra uma sensível ampliação da proporção de domicílios com rendimento nominal *per capita* inferior a 1 SM: de 44,9% em 2000 para 52,7% em 2010, acompanhada de redução na proporção daqueles com rendimento superior a 2 SM: de 27,5% para 17,5% e daqueles sem rendimento (queda de dois pontos percentuais). É evidente que se deve levar em conta, na leitura desse dado, o fato de que o salário mínimo mais que triplicou no período considerado – ou seja, houve aumento real de poder de compra dos domicílios em todas as faixas.

Finalmente, um último dado que nos permitirá a análise qualitativa das vagas criadas: o porte dos estabelecimentos ofertantes dessas vagas (Tabelas 12 e 13).

⁸ A expansão do mercado interno contou também com a sensível ampliação do crédito à pessoa física, observada desde 2004.

GRÁFICO 8. BRASIL: PARTICIPAÇÃO (%) DOS DOMÍCIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA



Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.
 Nota: SM utilizados: R\$ 151,00 (2000) e R\$ 510,00 (2010).

TABELA 12. BRASIL: CRIAÇÃO DE VAGAS FORMAIS, POR PORTE DE ESTABELECIMENTO, 2004-2010

Número de Empregados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Até 4	999.708	1.020.545	968.243	1.051.624	1.170.200	1.186.284	1.375.198
De 5 a 9	-6.454	-19.538	-33.539	-22.931	-26.416	-52.692	4.960
De 10 a 19	15.841	-11.581	-9.697	12.150	-5.765	-51.144	47.111
De 20 a 49	52.348	13.099	17.361	70.965	30.018	-43.973	116.217
De 50 a 99	65.754	30.267	34.513	75.409	44.929	-15.086	115.219
De 100 a 249	105.136	60.114	57.807	105.841	59.493	10.032	148.889
De 250 a 499	98.338	53.084	47.320	80.643	43.371	14.921	115.088
De 500 a 999	85.618	55.304	49.619	75.497	69.217	-2.038	74.541
1000 ou mais	106.987	52.687	97.059	168.194	67.157	-51.194	139.724
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

TABELA 13. BRASIL – CRIAÇÃO DE VAGAS, POR PORTE DO ESTABELECIMENTO POR FAIXA DE EMPREGADOS, 2010

Número de Empregados	Caged 2010	Rais 2009 ¹	Varição (%)
Até 4	1.375.198	3.455.275	39,8
De 5 a 9	4.960	3.300.551	0,2
De 10 a 19	47.111	3.718.089	1,3
De 20 a 49	116.217	4.660.003	2,5
De 50 a 99	115.219	3.225.000	3,6
De 100 a 249	148.889	3.702.977	4,0
De 250 a 499	115.088	2.731.808	4,2
De 500 a 999	74.541	2.352.146	3,2
1000 ou mais	139.724	4.672.348	3,0
TOTAL	2.136.947	31.818.197	6,7

Fonte: Caged – Rais/MTE – Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.
 (1) Somente emprego CLT, por prazo indeterminado.

Aqui, o que salta aos olhos é que os estabelecimentos com até 4 empregados são os grandes protagonistas da criação de vagas⁹. Em 2009, no bojo do impacto da crise sobre o mercado de trabalho, foram as vagas criadas por esses estabelecimentos que garantiram saldo total positivo – houve perda de vagas em quase todas as demais faixas de porte de estabelecimento. Em 2010, há criação de vagas em todas as faixas, mas os estabelecimentos com até 4 empregados são responsáveis por 65% das vagas criadas. O protagonismo dos estabelecimentos com até 4 empregados na recuperação pós-crise é confirmado quando se observa a Tabela 13, em que se fez um cálculo de variação relativa do número de vagas para o ano de 2010: os estabelecimentos de menor porte tiveram variação de vagas da ordem de 40% (vagas criadas em 2010 sobre o estoque em 31/12/2009), muito acima da observada em qualquer outra faixa.

Essa informação revela que qualquer análise mais profunda sobre a dinâmica e as perspectivas do mercado de trabalho brasileiro, bem como o desenho de qualquer política destinada a mitigar várias de suas fragilidades estruturais, deve passar pelo exame do setor das pequenas e microempresas.

DESAFIOS PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Na seção final desta Nota Técnica, duas questões importantes serão destacadas: a rotatividade do trabalho, que continua alta – e crescente – e a relação câmbio-salário, que atualmente se encontra muito baixa e traz preocupação no que toca às perspectivas do mercado de trabalho.

A ROTATIVIDADE DO TRABALHO

A taxa de rotatividade da força de trabalho no Brasil é considerada elevada pela maior parte dos estudiosos do mercado de trabalho brasileiro. Isto significa um mercado de trabalho caracterizado por extensa gama de postos de trabalho com grande instabilidade, em que o baixo tempo de permanência no emprego reduz sensivelmente as possibilidades de aprendizado no local de trabalho e de ascensão profissional. A flexibilidade quantitativa do trabalho, traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, tende a acentuar a gritante desigualdade que lhe é característico.

O Ministério do Trabalho recentemente contratou o Seade/Dieese para empreender um diagnóstico da evolução da rotatividade do trabalho no período 2000-2009, o que resultou em documento abrangente, cujas principais conclusões são resumidas a seguir¹⁰.

- É intensa a flexibilidade do mercado de trabalho analisada a partir do tempo de emprego. Em 2009, 63,7% dos vínculos desligados sequer haviam atingido um ano de trabalho. Os desligamentos de vínculos com menos de seis meses de duração superaram 40% do total dos vínculos desligados em cada ano (42,7% em 2009), e em cerca de metade desses desligamentos os vínculos não haviam atingido três meses de duração.
- Os vínculos ativos em 31 de dezembro com menos de 2 anos de tempo de emprego, na atual década, elevaram-se de 44% em 2000 para 50% em 2009; aqueles com duração de 2 a 5 anos variaram entre 21,8% (2000) e 21% (2009); e os com mais de 5 anos de duração tiveram sua participação reduzida de 34% em 2000 para 29% em 2009. Assim, observou-se uma queda do tempo médio dos vínculos ativos de 5,4 anos em 2000 para 5 anos¹¹ em 2009.
- A análise das causas dos desligamentos mostra que eles ocorrem principalmente em contratos por tempo indeterminado e, em sua maioria, por iniciativa do empregador. O Gráfico 9 sistematiza os dados. Sobre esse ponto, vale notar que vários autores atribuem a alta rotatividade do trabalho fundamentalmente aos

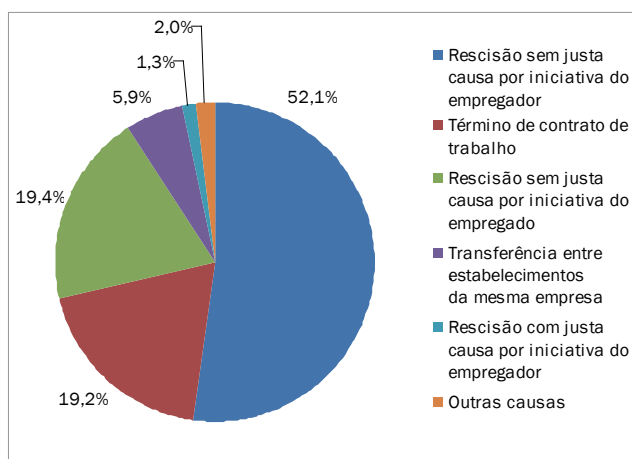
9 Há que se qualificar esse dado: “estabelecimento” não significa o mesmo que “empresa”. Uma empresa pode ter vários estabelecimentos. O setor bancário, notadamente, é o que mais exhibe a diferença entre “empresa” e “estabelecimento”, uma vez que cada agência é contabilizada como um estabelecimento. No entanto, mesmo com essa relativização, o dado mostra de forma inequívoca a importância do setor de pequenas e microempresas na criação de vagas.

10 Cf.: Dieese/MTE (2010).

11 Vale notar que essa média encontra-se muito abaixo de padrões internacionais: em quase todos os países da Europa, por exemplo, o tempo médio dos vínculos é superior a 11 anos.

“incentivos” ao trabalhador para forçarem a demissão sem justa causa no intuito de terem acesso aos valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), especialmente no caso de trabalhadores não qualificados, em empregos sem clara oportunidade de promoção¹². Esse dado, em que pese a existência de um certo percentual de pessoas que, embora apareçam como demitidas “por iniciativa do empregador”, na verdade fizeram um acordo para serem demitidas, contraria este argumento: 52,1% dos desligamentos ocorre sem justa causa por iniciativa do empregador e 19,2% ocorre pelo término do contrato de trabalho. Há no Brasil, como já apontado na primeira seção desta Nota Técnica, uma grande flexibilidade quantitativa do trabalho, expressão da enorme facilidade de “usar e deixar de usar a mão-de-obra” por parte do empregador¹³.

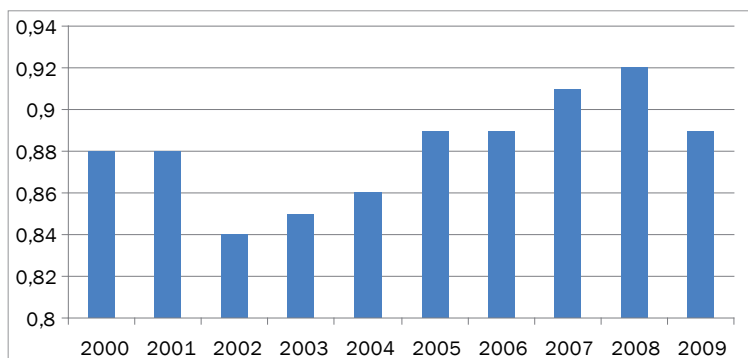
GRÁFICO 9. BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS DESLIGAMENTOS SEGUNDO SUAS CAUSAS (2009)



Fonte: Seade/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

- A análise da relação entre o salário médio dos trabalhadores admitidos e desligados sugere fortemente que a rotatividade da mão de obra reflete amiúde um expediente dos empregadores para reduzir os custos do trabalho. Assim, essa relação tem uma evolução marcadamente procíclica: aumenta continuamente a partir de 2004, com a melhora das condições da economia, e cai em 2009 no momento em que a crise atinge o mercado de trabalho. De toda forma, importa notar que, mesmo no auge do recente ciclo de expansão – 2008 –, o diferencial de salários atingia oito pontos percentuais, proporção não desprezível. O Gráfico 10 permite visualizar a evolução dessa relação.

GRÁFICO 10. BRASIL: RELAÇÃO ENTRE OS SALÁRIOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS



Fonte: Caged. Seade/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

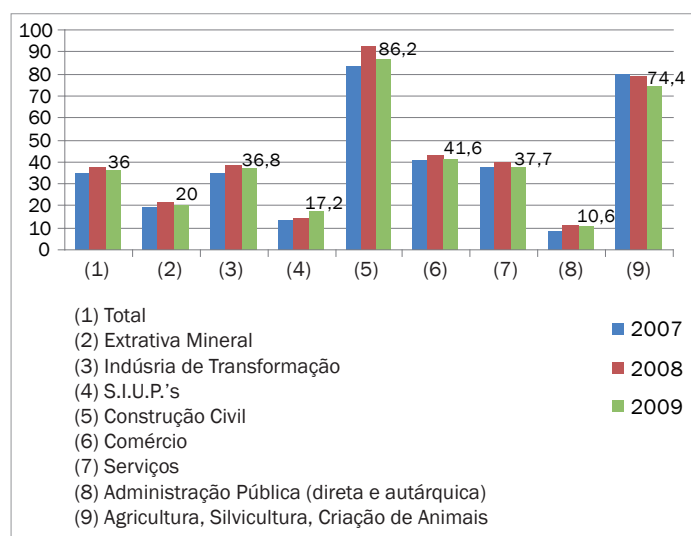
12 Nessa chave interpretativa, encontram-se, dentre outros: Amadeo e Camargo (1996); Orellano e Pazello (2006); e Gonzaga (2003).

13 Nessa linha interpretativa, encontram-se Baltar e Proni (1996).

- Por fim, cumpre notar que a taxa de rotatividade não é homogênea nos diversos setores da economia. O Gráfico 11 exibe os resultados da taxa de rotatividade por setor de atividade. Como era de se esperar, a taxa mais elevada encontra-se na Construção Civil; a mais baixa na Administração Pública. Em 2009, na Indústria de Transformação, chegou a 36,8%, número bastante elevado. A taxa de rotatividade é definida da seguinte forma:

$$\text{Taxa de Rotatividade} = \frac{\text{mínimo (admissões; desligamentos)}^\dagger}{\text{estoque médio de ocupados}}$$

GRÁFICO 11. BRASIL: TAXA DE ROTATIVIDADE SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE (%)



Fonte: Seade/MTE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

NOTA: Excluídos transferências, aposentadorias, falecimentos e desligamentos voluntários.

Uma taxa de rotatividade de 36,8% significa que, no decorrer do ano, 36,8% das pessoas ocupadas foram substituídas. Cumpre notar que a taxa de rotatividade tem comportamento procíclico: aumenta com o nível de atividade e o aquecimento do mercado de trabalho, cai quando está desaquecido.

O Gráfico 12 mostra as taxas de rotatividade da Indústria de Transformação calculadas pela Pimes/IBGE, anualizadas. Percebe-se a heterogeneidade das taxas também entre subsetores industriais.

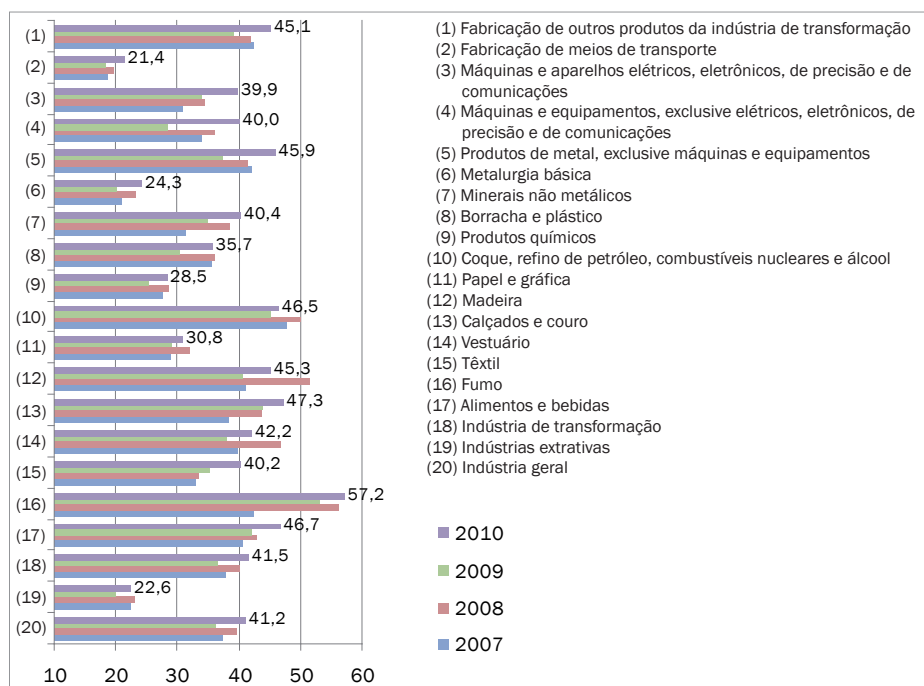
Enfrentar a questão da rotatividade é de fundamental importância para avançar na estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Ressalte-se que o debate a esse respeito foi reacendido desde o encaminhamento, em fevereiro de 2008, da proposta de ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção n. 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que cria entraves à dispensa imotivada.

A RELAÇÃO CÂMBIO-SALÁRIO

A relação câmbio-salário é tomada, pelos estudiosos do comércio internacional, como um indicador da competitividade das exportações: uma relação elevada, em geral, indica uma economia em que as exportações são relativamente competitivas – uma unidade de divisas compra mais unidades de salários. As importações, em compensação, tornam-se menos atraentes: é relativamente mais caro importar do que pagar salários internamente. Embora este seja apenas um dos muitos determinantes da competitividade de um país e de suas formas de inserção no comércio internacional, não se pode negar que seja importante.

O Gráfico 13 exibe a relação câmbio efetivo-salário para o período 2003-2010. Os salários tomados por referência são os da indústria, mensurados pela Fiesp. O ano de 2003 foi marcado por forte desvalorização cambial.

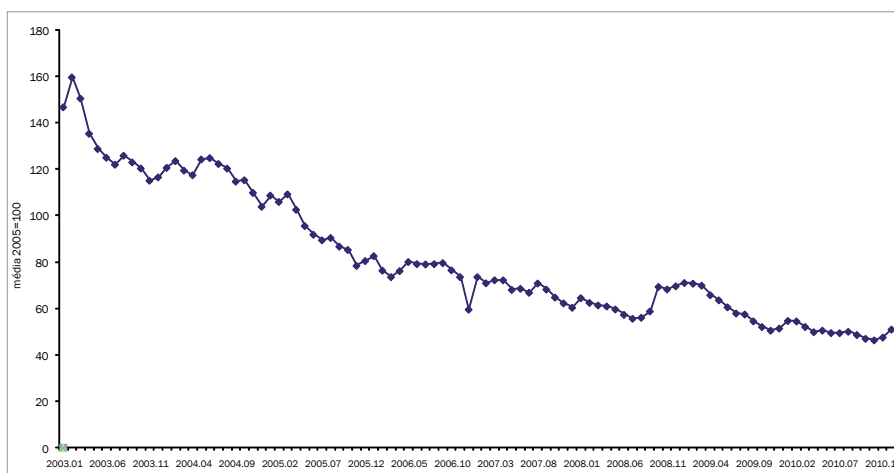
GRÁFICO 12. BRASIL: TAXA ANUALIZADA DE ROTATIVIDADE DA MÃO DE OBRA NA INDÚSTRIA (%)



Fonte: Pimes/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

A partir de então, inicia-se uma trajetória de forte valorização, parcialmente interrompida em setembro de 2008 pelo impacto da crise internacional no país. Já no segundo trimestre de 2009, volta a tendência de valorização do real em termos dos salários na indústria. De 2005 a janeiro de 2011, observa-se uma queda impressionante da relação câmbio-salário: uma variação de 49 p.p.; do auge da desvalorização pós-crise até janeiro de 2011, a variação foi de quase 20 p.p. Perdeu-se uma oportunidade preciosa de reverter o processo de valorização cambial e seus efeitos deletérios sobre a indústria e sobre o mercado de trabalho.

GRÁFICO 13. BRASIL: RELAÇÃO CÂMBIO EFETIVO/SALÁRIOS

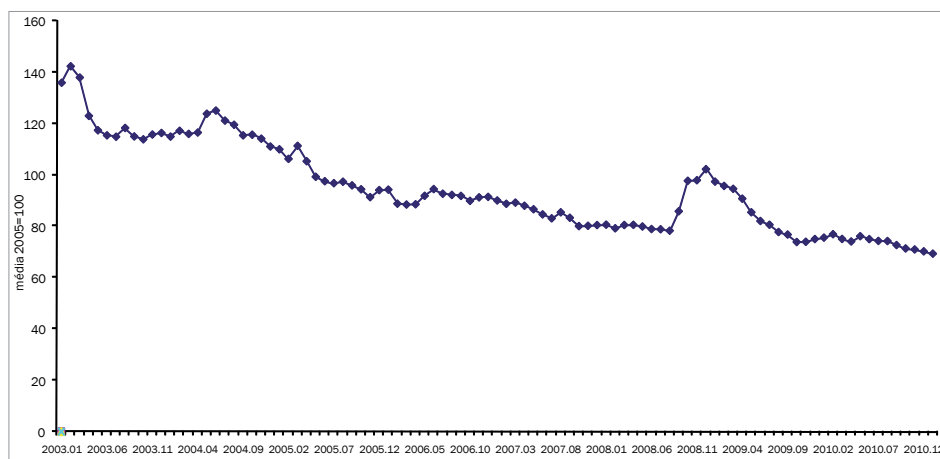


Fonte: Ipea. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap

Nota: Índice calculado a partir dos salários médios nominais (FIESP), taxa de câmbio real (R\$/US\$) - média mensal - venda (Banco Central), taxas de câmbio de 16 países selecionados / dólar americano (US\$) - média mensal (FMI) e da ponderação de 16 países selecionados na pauta de exportações brasileiras (Secex).

Antes de refletir com mais atenção sobre os efeitos de uma relação câmbio-salário muito baixa (valorizada), vale observar: a relação câmbio-salário convencionalmente utilizada é a relação entre o câmbio nominal e o INPC – índice de inflação utilizado para reajustes salariais. No entanto, o que se nota no Gráfico 14 é que essa relação subestima a valorização cambial em termos de salários. Isso porque a grande maioria das negociações coletivas (87,9% delas em 2010, segundo informações do Dieese¹⁴) resulta em aumentos salariais superiores ao INPC. Assim, se a valorização aludida anteriormente, entre 2005 e janeiro de 2011, foi de 49%, o câmbio deflacionado pelo INPC teve variação negativa de somente 31%. No entanto, por esse indicador, a desvalorização real do pós-crise foi mais importante do que pelo outro cálculo. Em dezembro de 2008, o câmbio real (deflacionado pelo INPC) não somente se recuperou, mas superou o nível médio de 2005. Isso indica que, no período, os preços medidos pelo INPC variaram menos do que os salários nominais da indústria.

GRÁFICO 14. BRASIL: TAXA DE CÂMBIO – EFETIVA REAL – INPC – EXPORTAÇÕES – MANUFATURADOS – ÍNDICE (MÉDIA 2005 = 100)



Fonte: Ipea.

Mas quais são os efeitos da queda na relação câmbio-salário sobre o mercado de trabalho? Pelo menos quatro se destacam e causam preocupação.

1. A partir de certo ponto da relação câmbio-salário, começa a ficar mais interessante para a indústria local, nos setores em que isto é possível e compatível com a trajetória tecnológica do setor, substituir homens por máquinas no “chão de fábrica”, especialmente naqueles setores com mais facilidades de importação de máquinas e equipamentos.
2. Em segundo lugar, para as empresas que possuem plataformas fora do país, passa a se tornar crescentemente interessante deslocar plantas para países com menores salários relativos – especialmente na Ásia.
3. Em terceiro lugar, aumenta a concorrência com produtos importados a menores preços (notadamente, concorrência com os produtos chineses); e esse efeito sobre o emprego é mais importante pelo fato de atingir também os pequenos e microestabelecimentos.
4. Finalmente, o próprio efeito do câmbio valorizado sobre as cadeias produtivas – que tendem a perder densidade – e o conseqüente aumento do componente importado dos produtos produzidos no país tem um rebatimento sobre o emprego – atingindo, aqui, os segmentos de pequenos e médios estabelecimentos nacionais fornecedores de peças e componentes nas grandes cadeias.

¹⁴ Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS), Dieese.

Cabe destacar, a esse respeito, que o Neit/IE/Unicamp vem construindo uma tipologia dos ramos industriais brasileiros com base em seu desenvolvimento recente e em suas perspectivas de expansão¹⁵. Tendo como pano de fundo as perspectivas de continuidade do crescimento da China e, em menor medida, da Índia, argumentam que se desenha um cenário em que os setores industriais beneficiados, nas próximas décadas, serão aqueles ligados à exportação de *commodities* agrícolas, minerais, metálicas, energéticas e de alimentos, que deverão contar com preços favoráveis por um período relativamente longo. Ao lado desses segmentos, e a depender de políticas industriais conducentes a isto, um adensamento das cadeias industriais dos sistemas de agronegócio e de insumos básicos poderia beneficiar o sistema mecânico e alguns segmentos do eletrônico. Muitos outros ramos industriais, no entanto, encontrar-se-iam ameaçados pelo avanço da concorrência chinesa e pela valorização cambial.

Já foi possível perceber, no período recente, que a indústria extrativa foi a que teve a segunda maior variação relativa de vagas criadas (Tabela 5), no período pós-crise. Apesar da valorização cambial, o alto preço das *commodities* tem sustentado o setor. Há que se investigar, no entanto, qual o efeito dessa configuração sobre o emprego como um todo. A hipótese desta Nota Técnica é que a relação câmbio-salário lança um desafio aos gestores de política econômica e, em particular, aos formuladores de política industrial: é necessário colocar, entre os objetivos da política industrial, o aumento da capacidade da indústria de gerar empregos de qualidade. Assim, mesmo que a competitividade das exportações brasileiras esteja favorecida pelo aumento dos preços das *commodities*, a relação câmbio-salário, nos níveis em que atualmente se encontra, coloca ameaças ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro.

CONCLUSÃO

No período 2004-2010, houve sensível melhora de vários indicadores de desempenho do mercado de trabalho. Por isso, abre-se a possibilidade de refletir sobre políticas conducentes à mitigação de traços estruturais ainda muito deletérios. O impacto da crise sobre o mercado de trabalho fez-se sentir, mas a recuperação lograda em 2010 mostrou que foi bem sucedido o enfrentamento da crise, ao menos no que tange aos mecanismos de sustentação da demanda agregada.

O mercado de trabalho brasileiro, no período 2004-2010, passou por forte movimento de formalização. No que tange à distribuição setorial da população ocupada, o setor de Serviços continuou sua trajetória de expansão privilegiada, acompanhado de forte crescimento do setor da Construção Civil – muito sensível à expansão da massa salarial e do crédito – e da Indústria Extrativa (sensível à elevação do preço das *commodities*). A expansão da ocupação na Indústria de transformação, por seu lado, ficou restrita a alguns subsetores.

A despeito de o mercado formal ter apresentado ganhos líquidos nas faixas de maior instrução, as faixas de remuneração em que houve criação líquida de vagas foram as inferiores – até 2 SM. Embora esse seja um fator importante para retirar da miséria parcela da população e melhorar as condições de vida da população que se encontra na base da pirâmide social, há que se perguntar em que medida essa estrutura do mercado de trabalho permite a ascensão profissional do trabalhador.

A permanência de “traços estruturais” impeditivos de melhor estruturação do mercado de trabalho, apesar da melhora dos indicadores gerais desde 2004 e mesmo de sua rápida recuperação no pós-crise, expressa-se, por exemplo, na elevada e crescente taxa de rotatividade do trabalho. A discussão acerca da Convenção n. 158 da OIT, bem como, é bom lembrar, o aumento do montante destinado ao seguro-desemprego mesmo em um cenário de taxas de desocupação em queda, reacenderam o debate acerca do tema. Ao que parece, quando se examina o mercado de trabalho no período recente, o crescimento não basta para mitigar essas fragilidades estruturais, embora seja, muito provavelmente, condição necessária para abrir espaço ao seu encaminhamento por parte da sociedade – ao permitir atenuar os conflitos distributivos.

¹⁵ Ver Projeto *Perspectivas do Investimento Brasileiro*, em www.projetopib.org.

Por fim, uma questão fundamental a ser enfrentada diz respeito ao padrão de crescimento e de inserção internacional a ser desenhado para os próximos anos. A relação câmbio-salário encontra-se em níveis preocupantes, e ameaça a continuidade do dinamismo do mercado de trabalho. Além disso, a qualidade das ocupações depende sobremaneira da inserção do país na produção e no comércio internacionais. Cadeias produtivas com baixo valor adicionado internamente, conjugadas a *commodities* valorizadas, podem levar de forma crescente ao predomínio de ocupações de baixos graus de qualificação e de remuneração, muitas delas ligadas ao setor primário-exportador. Assim, é imperativa a inclusão de metas de geração de emprego de qualidade no desenho de políticas industriais ativas.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. e CAMARGO, J. M. (1996). Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, J. M. (org.) *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- BALTAR, P. E. A. e PRONI, M. W. (1996) Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C.A. B. e MATTOSO, J. E.L. (orgs.) *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.
- DIEESE. (2011) O Trabalho por conta própria na construção civil. In: *Boletim Trabalho e Construção*, n.5, fev./2011.
- DIEESE/MTE. (2010) Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade no Brasil. Apresentação disponível em: http://www.mte.gov.br/institucional/rotatividade_mao_de_obra.pdf
- GONZAGA, G. (2003) Labor turnover and labor legislation in Brazil. *Economia*, 4 (1).
- ORELLANO, V. I. F. e PAZELLO, E. T. (2006) Evolução e determinantes da rotatividade da mão-de-obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v.36, n. 1, p.179-207. Rio de Janeiro: Ipea.
- QUADROS, W. J. (2010) Avanços sociais no período 2004-2008. In: *Carta Social do Trabalho*, n. 9, Cesit/Unicamp, jan.-mar./2010